

É inadmissível que em plena COP 30, realizada em Belém do Pará – Na Região Amazônica –, **muitos municípios Brasileiros ainda mantenham lixões que degradam a qualidade de vida da população** Brasileira e ameaçam o futuro das novas gerações, prejudicando o meio ambiente, assim como a imagem internacional do País.

No Estado do Pará mais de 90% dos municípios dispõem os seus resíduos sólidos em lixões a céu aberto, um crime ambiental responsável pela contaminação do solo, do ar e das águas superficiais (rios e lagos) e subterrâneas (poços que abastecem a população mais vulnerável).

Desde a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), entidades técnicas e integradas, como as abaixo assinadas, atuam fortemente para que as ações da lei alcancem o efeito desejado: a erradicação dos lixões e a criação de consórcios intermunicipais para o tratamento e destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

A solução imediata é a construção de Aterros Sanitários, obras de engenharia, que possibilitam a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos a um custo que pode ser pago pela população Brasileira, mesmo nos municípios mais pobres da Região Norte.

A procura inútil de outras soluções tecnológicas está prolongando a existência dos lixões no Brasil, já que os custos de implantação (Capex) e operação (Opex), muito superiores aos custos dos Aterros Sanitários, continuarão inviabilizando alternativas para a disposição final de resíduos sólidos pelas próximas décadas no Brasil.

Também é preciso ter em mente que **os aterros sanitários sempre farão parte de qualquer planta de manejo de resíduos sólidos**, já que os subprodutos dos processos de recuperação de recicláveis, compostagem e tratamento precisarão ser dispostos, na forma de rejeitos, em Aterros Sanitários, que permanecerão, como etapa final, mesmo após a implantação de outros processos de reocupação e valorização de resíduos.

Entretanto, movimentos que se opõem aos Aterros Sanitários denominando-os de lixões têm atuado de forma contraprodutiva, direcionando seus esforços para impedir a implantação de novos aterros sanitários, em desacordo com a legislação Brasileira. Apesar de utilizarem as palavras de ordem “Fora Lixão”, as ações desses movimentos vêm contribuindo para o prolongamento da utilização dos lixões existentes, assim como para a destruição de iniciativas de cooperação intermunicipal para o manejo integrado dos resíduos sólidos urbanos.

Acreditamos que a mídia nacional, porta-voz das demandas e anseios da sociedade Brasileira, às vésperas da COP 30, pode revelar a realidade do Pará e de outros Estados da região Norte e Nordeste, objetivando alertar o país e o mundo para este grave crime ambiental que vem se perpetuando impunemente há décadas.

Defender a implantação de Aterros sanitários significa defender a População Brasileira e o Meio Ambiente.

Belém do Pará, novembro de 2025